

16 NOV 1987

Sarney ainda tem saída

A aprovação do mandato de quatro anos na Comissão de Sistematização da Constituinte é o exemplo perfeito, pronto e acabado da evidência irrecusável de que é o presidente José Sarney, e não outro, o mais duro, artilheiro e bem-sucedido adversário delê mesmo. Sarney perdeu, ali, o mandato de cinco anos porque quis — ou melhor: porque demonstrou mais uma vez uma assombrosa incompetência política para quem, como ele, só de assento no Congresso, reúne a experiência de mais de 20 anos.

O povo unido já foi mais de uma vez vencido na história desse país — e, ultimamente, amorfo, paralisado pelo acúmulo de frustrações, está descrente nos políticos em geral e nos governantes em particular. Nessas condições, não seria ele — e não será — o responsável pelo encurtamento do arrastado processo de transição que vivemos. A escolha do sucessor de Sarney ocorrerá no próximo ano porque as elites políticas e econômicas do país assim o desejam. Só por isso.

Elas querem um governo — e não há governo, como se percebe. Qualquer governo, por mais medíocre que possa ser, é melhor do que nenhum. A opinião das elites se reflete, naturalmente, no Congresso, mas não foi o seu peso que decidiu em favor da aprovação do mandato de quatro anos. Em uma comissão de perfil, marcadamente, avançado e liberal, em desacordo com o perfil do plenário da Constituinte que julgará a questão em instância final, o presidente foi derrotado por dois únicos votos de diferença.

Pesou na definição da derrota o efeito desastroso do último arremedo conhecido de reforma ministerial. A entrega da superintendência da Sudene ao vice do governador Miguel Arraes pôs em polvorosa o PFL do senador Marco Maciel e apressou a colisão final entre o partido e o ministro da Previdência Social, acusado de privilegiar o PMDB e de descumprir ordens do presidente. Sarney tirou Raphael de Almeida Magalhães do governo para segurar o apoio do PFL que ameaçava ir para a oposição.

Aproveitou o pretexto para mexer em outras peças do ministério. Promoveu o deputado Prisco Viana a ministro do Desenvolvimento Urbano. Deslocou Renato Archer para a Previdência Social. Entregou o ministério da Ciência e Tecnologia ao deputado Luiz Henrique, então líder do PMDB na Câmara Federal. Pôs no ministério da Saúde, em substituição a Roberto Santos, o deputado Borges da Silveira. Preencheu com o senador Hugo Napoleão a vaga aberta no ministério da Educação com a saída de Jorge Bornhausen.

Conseguiu o que parecia impossível: sair mais fraco de uma reforma detonada para fortalecê-lo. A promoção de Prisco abriu uma vaga na Comissão de Sistematização que foi ocupada pelo deputado Antonio Brito (PMDB-RS), eleitor do mandato de quatro anos. A demissão do ministro a quem Prisco sucedeu desgostou o senador José Richa (PMDB-PR), a quem ele era ligado. Borges da Silveira é adversário político de Richa e não era o candidato a ministro do governador Álvaro Dias.

A dispensa do ministro Roberto Santos atingiu o governador Waldyr Pires e a bancada federal do PMDB baiano que o apoiavam. A superintendência da Sudene acabou escapando ao controle de Arraes porque Sarney recuou em sua decisão. Richa tornou-se o principal articulador da aprovação do mandato de quatro anos com a adoção do parlamentarismo tão logo seja promulgada a nova Constituição. Arraes e Waldyr Pires conseguiram fechar o apoio quase compacto de suas bancadas à tese dos quatro anos.

A fatia do PFL que obedece à liderança do senador Marco Maciel continua insistindo em empurrar todo o partido para a oposição ao governo — e, pelo menos, um voto, o do deputado Alcení Guerra (PMDB-PR), ofereceu para ajudar a derrotar na Comissão de Sistematização o sonho de Sarney dos cinco anos de mandato. Bem que Prisco se esforçou para tornar o sonho possível — mas como hábil operador político que é, estaria mais à vontade no Gabinete Civil do que no ministério do Desenvolvimento Urbano.

O ministério da Ciência e Tecnologia ganhou um titular que nada entende do assunto. Em compensação, Sarney perdeu na liderança do PMDB na Câmara um aliado do mandato de cinco anos que aos poucos se afirmava no exercício da função. O sucessor de Luiz Henrique na liderança, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), votou contra o mandato de quatro anos, fez o que pôde para derrotá-lo mas deve ter-se ressentido do pouco tempo em que está no desempenho do cargo.

A execução competente da reforma ministerial poderia ter salvo o presidente de uma derrota que, embora apertada e sujeita à revisão do plenário da Constituinte, está marcada por um forte e inegável conteúdo de desaprovação ao seu governo. Sarney rompeu com os princípios da transição política imaginada pelo presidente Tancredo Neves quando anunciou sua intenção de ficar cinco anos no poder e de realizar, nesse período, um ambicioso plano de obras.

A única estrada que a ele era dada a construir atravessa a redemocratização do país e termina, após a Constituinte, com a eleição imediata do seu sucessor. Sarney poderá voltar a percorrê-la, se quiser. Nunca um presidente recusou, como ele, tantas oportunidades de se reconciliar com a História. Nunca a História ofereceu tantas oportunidades a um presidente.